



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
Gabinete do Deputado Evandro Garla



PL 1880 /2014

**PROJETO DE LEI Nº**

(Do Senhor Deputado Evandro Garla)

L I D O  
Em 22/04/14  
Assessoria de Planejamento

Altera a Lei 1.239, de 31 de outubro de 1996 que "Dispõe sobre a comemoração do Momento Cívico em escolas públicas do Distrito Federal e dá outras providências"

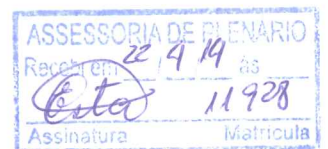
**A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL DECRETA:**

**Art. 1º** A Lei 1.239, de 31 de outubro de 1996, passa a vigorar acrescida do seguinte inciso III no artigo 1º:

"III – entoação do Hino do Distrito Federal por alunos e professores."

**Art. 2º** O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de noventa dias a partir da sua publicação.

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



**JUSTIFICAÇÃO**

A lei Orgânica do Distrito Federal, em seu artigo 7º, dita que "São símbolos do Distrito Federal a bandeira, o hino e o brasão."

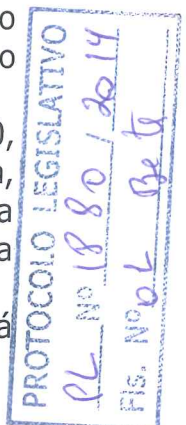
O hino, como símbolo desta unidade da federação, se trata de uma manifestação musical, de importante valor histórico, criado para transmitir o sentimento de união do seu povo bem como demonstrar os propósitos e sonhos a serem alcançados como perspectivas de futuro.

Assim como o Hino Nacional é entoado nas mais variadas celebrações, inclusive as esportivas, e nas horas cívicas das escolas da Rede Pública e Privada do Distrito Federal (por determinação da Lei n.º 1.239\1996), o Distrito Federal, como Unidade Federativa e diante de sua história, merece, de igual forma, ter seu Hino entoado.

O hino do Distrito Federal foi oficializado por meio do decreto n.º 51.000, de 19 de julho de 1961. Em 8 de abril de 1960, o primeiro colégio de Brasília, Caseb, recebia cinquenta e nove professores de todo o país. Entre eles, estava a pianista e professora de música Neusa França, que resolveu compor um hino para a cidade. A letra de Geir Nuffer foi adicionada meses depois.

A entoação tanto do Hino Nacional quanto do Hino do Distrito Federal será importante para o resgate do civismo, do orgulho e amor por nossa Brasília.

Neste sentir é que se justifica o projeto ofertado.





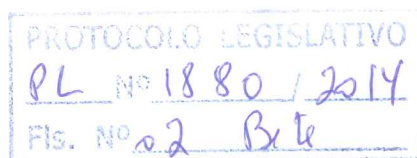
**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
Gabinete do Deputado Evandro Garla



Sob esses moldes, aguardo de meus nobres pares a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões,                /                de 2014.

  
**EVANDRO GARLA**  
**Deputado Distrital – PRB**



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL****LEI Nº 1.239, DE 31 DE OUTUBRO DE 1996**

(Autoria do Projeto: Deputado José Edmar)

**Dispõe sobre a comemoração do Momento Cívico em escolas públicas do Distrito Federal e dá outras providências.**

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL,

Faço saber que a Câmara Legislativa do Distrito Federal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** As escolas públicas do Distrito Federal comemorarão, todas as segundas-feiras, o Momento Cívico, que consistirá de:

I – hasteamento e arriamento solenes da Bandeira Nacional e da Bandeira do Distrito Federal;

II – entoação do Hino Nacional por alunos e professores.

§ 1º Caindo a segunda-feira em dia feriado, a cerimônia realizar-se-á no primeiro dia útil subsequente.

§ 2º O hasteamento das bandeiras será feito no primeiro horário de aulas do turno da manhã e o arriamento, no último horário de aulas do turno da tarde, antecipando-se à saída dos alunos.

§ 3º As escolas que dispuserem de bandeiras próprias poderão hasteá-las e arriá-las na cerimônia a que se refere este artigo, obedecida a hierarquia entre as bandeiras do Brasil, do Distrito Federal e da escola, nessa ordem.

**Art. 2º** O Momento cívico não excederá dez minutos, que serão computados como horário de aula.

**Art. 3º** O Poder Executivo do Distrito Federal providenciará os meios e a normatização necessários ao efetivo cumprimento do disposto nesta Lei, correndo as despesas correspondentes à conta do orçamento do Distrito Federal.

**Art. 4º** O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de trinta dias da sua publicação.

**Art. 5º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 6º** Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 31 de outubro de 1996  
108º da República e 37º de Brasília

**CRISTOVAM BUARQUE**

Este texto não substitui o publicado no *Diário Oficial do Distrito Federal*, de 1º/11/1996.

